



doi 10.7213/psicol.argum.33.081.AO02

PROFISSIONAIS DA BRIGADA MILITAR: VIVÊNCIAS DO COTIDIANO E SUBJETIVIDADE

Military police professionals: everyday experiences and subjectivity

Caroline Eder Machado [a], Elisete Soares Traesel [b], Álvaro Roberto Crespo Merlo [c],

[a] Centro Universitário Franciscano – UNIFRA - Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil. Email: carolineem@hotmail.com

[b] Centro Universitário Franciscano – UNIFRA - Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil. Email: elisetetraesel@unifra.br

[c] Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Medicina, Departamento de Medicina Social. Email: merlo@ufrgs.br

Resumo

O presente trabalho objetiva apresentar os resultados de uma pesquisa desenvolvida com profissionais da Brigada Militar, a qual se prestou a investigar as vivências coletivas destes trabalhadores e os impactos destas sobre sua saúde e subjetividade. Para tal, realizou-se um grupo de escuta e discussão com estes trabalhadores, baseado na metodologia da Psicodinâmica do Trabalho. Constatou-se uma rotina laboral intensa, alto nível de estresse, desgaste físico e emocional, além do sentimento de não ser reconhecido e valorizado pela comunidade e por seus superiores. Esses profissionais sentem-se, ainda, cobrados e criticados pela sociedade. Lidam com limites, pressões e decisões rápidas, o que os mantém em estado de alerta e tensão constantes. Pôde-se perceber que eles procuram separar o trabalho da família, lidando sozinhos com seus temores e apreensões. Por fim, pode-se concluir que este contexto de trabalho parece ser propício a causar fortes impactos sobre a saúde e subjetividade deste trabalhador, tendo em vista, ainda, a violência crescente que permeia seu cotidiano.

Palavras-chave: Psicodinâmica do Trabalho; Profissionais da Brigada Militar; Vivências do Cotidiano; Saúde do trabalhador; Subjetividade..

Abstract

This paper presents the results of a study developed with Military Police professionals, which investigated the collective experiences of these workers and the impacts of their everyday experiences on their health and subjectivity. For that, it was established a space for listening and discussion, based on the Psychodynamics of Work methodology. It was noticed that there was an intensive labor routine, high stress, physical and emotional exhaustion, besides the feeling of not being recognized and valued by the community and by the superiors at work. These professionals also feel charged and criticized by the society. They deal with limits, emotional pressures and rapid decisions, which keep them on alert and constant tension. It was possible to notice that Military Police professionals try to separate their work from their family, coping alone with their fears and apprehensions. Finally, the survey has shown that the workplace seems to be propitious to cause severe impacts on worker's health and subjectivity, also considering the increasing indices of violence that pervade their daily lives.

Keywords: *Psychodynamics of Work, Military Police professionals; Everyday experiences, Worker's health, Subjectivity..*

Introdução

Alguns autores discutem a centralidade do trabalho no mundo social, sua importância nas relações com a sociedade e na constituição do próprio sujeito, pois na atual conjuntura social, entender as organizações do trabalho e seus reflexos na qualidade de vida, na saúde e no modo de adoecimento dos trabalhadores é de fundamental importância para a compreensão e intervenção em situações de trabalho que estejam gerando sofrimento e agravos à saúde (Heloani & Lancman, 2004). O trabalho é mais do que o ato de trabalhar ou de vender sua força em busca de remuneração, constituindo, também, fator de pertinência a grupos e a certos direitos sociais. O trabalho possui, ainda, uma função psíquica, enquanto um dos grandes alicerces da constituição do sujeito e da sua rede de significados.

Segundo Heloani e Lancman (2004), os processos de reconhecimento, gratificação e mobilização da inteligência, além de estarem relacionados à realização do trabalho, estão ligados à constituição da identidade e da subjetividade. Os autores enfatizam que o trabalho permite o confronto entre mundo externo e mundo interno do trabalhador. O mundo objetivo - com suas lógicas, desafios, regras e valores - vai entrar em conflito com a singularidade de cada trabalhador, podendo gerar sofrimento psíquico.

Conforme os autores, se por um lado o mundo do trabalho gera sofrimento, confrontando as pessoas com desafios externos, por outro, é também oportunidade de crescimento e desenvolvimento psicossocial. Isto é, se o trabalho leva ao sofrimento e ao adoecimento, paralelamente esse pode se constituir em fonte de prazer e de desenvolvimento humano. Dessa forma, o trabalho e as relações que nele se originam nunca podem ser tomadas como um espaço de neutralidade subjetiva ou social.

Diante disso, considerando que o mundo do trabalho se modifica e transforma a realidade dos que nele estão envolvidos, diversas profissões e teorias se ocupam em estudá-lo, propondo alternativas que possam melhorar a qualidade de vida dos profissionais, humanizar as relações de trabalho, repensar o fator humano em seus diferentes aspectos e, sobretudo, buscar a melhoria da qualidade de vida e saúde dos trabalhadores.

Assim, a presente pesquisa pretende abordar a Psicodinâmica do Trabalho, fundamentada por Dejours, envolvendo profissionais da Brigada Militar, com ênfase nas vivências cotidianas e possíveis consequências destas sobre a saúde dos trabalhadores que, rotineiramente, estão sujeitos a grandes desafios e pressões. Este estudo tem como

objetivos conhecer os sentimentos e vivências coletivas do profissional frente ao seu trabalho, analisando a relação entre prazer, sofrimento e realização; verificar as estratégias de defesa utilizadas pelo profissional para enfrentar o cotidiano de trabalho e manter-se em estado de normalidade; levantar as formas de reconhecimento do trabalho e a eficácia sobre a saúde mental deste trabalhador e analisar as condições de trabalho e suas consequências sobre a subjetividade.

Trabalho e Contemporaneidade

As modificações em relação ao trabalho são provenientes de um novo contexto mundial e das inovações tecnológicas de produção. As novas relações de trabalho, como: contratos flexíveis, temporários, com variadas remunerações, períodos de desemprego, subcontratação e terceirização, constituem formas incertas do trabalho. O aumento da eficiência do sistema e da competitividade no mercado justificam esta instabilidade, que se estabelece como a lógica natural do novo mundo globalizado (Nardi, 2006).

Bauman (1999, p. 68) refere-se à globalização como “as forças anônimas em uma terra de ninguém – nebulosa e lamacenta, intransitável e indomável – que vai além da capacidade de designio e ação de quem quer que seja”. Em outras palavras, a globalização não diz respeito ao que todos desejam ou esperam fazer, mas ao que está acontecendo a todos.

Diante disso, Tittoni (2007) afirma que as transformações nas relações de trabalho trazem à tona a precarização dos direitos sociais dos trabalhadores, assim como o empobrecimento salarial, gerando incerteza e insegurança. Nesta direção, Nardi (2006) considera que as transformações no trabalho e suas consequências sociais não indicam uma forma de substituição do mesmo, e sim, a condenação à miséria de uma grande parte da população mundial.

Estas novas formas de uso e de gestão da força de trabalho sugerem o trabalho em equipe, salientando a cooperação, a multifuncionalidade e a polivalência, formando um novo trabalhador: mais qualificado, mais flexível e mais envolvido com a produção; considerando que o valor deriva da inovação e da mudança, e que estas inovações fazem uso da criatividade, cujo objetivo é o capital. Estas modificações nos locais de trabalho vão dar novos contornos à subjetividade dos trabalhadores (Nardi, 2006).

O autor ressalta, ainda, que as mudanças nas formas de trabalhar aumentam a autonomia e enriquecem as tarefas e, ao mesmo tempo, eliminam a possibilidade de ascensão profissional dentro das empresas, refletindo em pouca adesão ao emprego, pouco entusiasmo e aumento do estresse. Esse novo modelo, mesmo propondo a troca da segurança pelo risco e tendo como benefício a autonomia no trabalho, não é sustentado pelo compromisso dos trabalhadores com a empresa, mas firma-se através do medo do desemprego e da precarização.

O suposto fim das diferenças entre os desejos do trabalhador e as metas da empresa; isto é, adequação a um discurso de caráter totalitário que não admite erros, com técnicas e métodos obsessivos, fazem com que os riscos de adoecimento e sofrimento relacionados ao trabalho se transformem e se agravem. Assim, a sobrecarga atribuída aos trabalhadores pela intensificação do ritmo torna-se evidente no que diz respeito às consequências para sua saúde (Nardi, 2006).

Deste modo, é importante pensar o trabalho em relação aos processos sociais, no que se refere ao seu significado para a vida em sociedade, assim como em seus efeitos nas

atuais condições da existência. Para Tittoni (2007, p. 95), “a noção de trabalho funciona como importante referência do sujeito em suas formas de reconhecimento como cidadão”.

Assim sendo, o trabalho pode ser definido como um conjunto de possibilidades de articulação das fontes naturais e sociais que permitem a utilização da potencialidade criativa humana para a produção da vida (criação) e de sua manutenção (sobrevivência) (Tittoni, 2007).

No que se refere ao lugar que o trabalho ocupa na atualidade, Antunes (2000) assinala que a sociedade contemporânea sofreu grandes transformações. Passou-se a presenciar uma maior inter-relação e interpenetração entre as atividades produtivas e improdutivas e, também, entre as atividades fabris e de serviços, as quais se expandem no contexto da reestruturação produtiva do capital.

Essas consequências no mundo do trabalho demonstram que, sob o capitalismo, não se constata o fim do trabalho como medida de valor, mas uma mudança qualitativa dada pela sua crescente dimensão e pela intensificação das formas de exploração do trabalho pelo capital (Antunes, 2000).

A seguir será abordada a temática do trabalho sob a perspectiva da Psicodinâmica do Trabalho (Dejours, 2008).

A Psicodinâmica do Trabalho

De acordo com Dejours (2008), fundador e principal expoente deste método de estudo e pesquisa, a Psicodinâmica do Trabalho aborda não só o sofrimento, mas o prazer no trabalho. Para o autor, devem ser considerados “não somente o homem, mas o trabalho; não apenas a organização do trabalho, mas as situações de trabalho nos detalhes de sua dinâmica interna” (Dejours, 2008, p. 55).

O avanço tecnológico e as novas organizações do trabalho, segundo Lancman (2008), intensificaram as desigualdades e a injustiça social, ocasionando formas de sofrimento mais complexas, inclusive do ponto de vista psíquico. Segundo a autora, o trabalho tem importante função psíquica, sendo um dos fundamentos da constituição do sujeito, bem como de sua rede de significados.

A clínica do trabalho, conforme Lancman (2008), é denominada por Dejours como uma forma de investigação preocupada com os aspectos simbólicos, invisíveis do trabalho, ou seja, as relações subjetivas do trabalhador com sua atividade, com o sofrimento e o desgaste gerado pelo trabalho, bem como seus efeitos sobre a saúde física e mental dos sujeitos.

A clínica do trabalho busca desenvolver o campo da saúde mental e da saúde do trabalho, a partir de sentimentos e vivências existentes entre o trabalho prescrito e o real. Visa intervir nestas situações e compreender os processos psíquicos envolvidos, uma vez que “o trabalhador, portador de um mundo psíquico subjetivo, não pode ser reduzido a um mero recurso humano” (Lancman, 2008, p. 34).

Diante do exposto, a autora ressalta que o trabalho pode levar ao sofrimento e adoecimento, mas também pode constituir-se em fonte de prazer e de desenvolvimento do sujeito, a partir do olhar do outro e dos mecanismos de reconhecimento deste olhar. Quando o reconhecimento do trabalho não acontece, a desvalorização abrange outros espaços da vida cotidiana do profissional.

A partir disso, o trabalho pode ser percebido como uma continuidade que vai além de seu contexto restrito, pois a influência da organização do trabalho na qualidade de vida e na

saúde mental dos trabalhadores é determinante para o bom desempenho de suas atividades, bem como para a compreensão, intervenção e transformação das organizações.

Sobre a Psicodinâmica do Trabalho, Dejours (2008) enfatiza que esta é uma disciplina analítica, capaz de desvendar a racionalidade dos comportamentos, pois, às vezes, os próprios trabalhadores, não têm consciência de suas ações devido ao efeito das estratégias defensivas. Essas estratégias têm a função de amenizar o sofrimento, porém, sem propiciar a cura. Com isso, as estratégias defensivas cumprem a função de resistência à reapropriação, à emancipação e à mudança.

A descoberta essencial da disciplina em questão consiste no entendimento de que a relação entre a organização do trabalho e o homem não é estática; ela está em contínuo movimento e sofre transformações. De acordo com os pressupostos dessa disciplina, esta relação deve ser baseada “em um equilíbrio livre e aberto à evolução e às transformações.” (Dejours, 2008, p. 60)

Dejours (2008) considera que, atualmente, há um crescimento de patologias relacionadas ao trabalho devido aos constrangimentos e sofrimentos gerados por este, como, por exemplo, medo de acidentes, angústia de não ser capaz, sofrimento pela repetição contínua, aborrecimentos, medo de agressões, receio da dominação e da autoridade praticada pela hierarquia, medo da demissão, entre outros.

Para o autor, diante da hierarquia não existe mais solidariedade entre os trabalhadores. E, o indivíduo estando só, torna-se mais difícil, do ponto de vista psíquico, tolerar a injustiça do que se houvesse a cumplicidade dos colegas. Assim, as patologias referentes ao trabalho são, antes de tudo, “patologias da solidão” (Dejours, 2008, p. 19).

Deste modo, os operários passaram a trabalhar através da competição constante, o que, muitas vezes, leva à banalização dos comportamentos desleais entre colegas. Conforme o autor, quanto mais se almeja a hierarquia, maior e mais acentuada torna-se a disputa entre os mesmos. A confiança passa a ser, então, substituída pela desconfiança, instalando-se o isolamento, a solidão e a desolação.

No próximo capítulo, será apresentado o Contexto da Brigada Militar, a partir do olhar de autores que desenvolveram pesquisas relativas às condições e à realidade deste trabalho, bem como os impactos do mesmo sobre estes profissionais.

O Contexto da Brigada Militar

A segurança pessoal do trabalho, conforme Souza e Minayo (2005) representa o conjunto de normas destinadas a prevenir acidentes e condições inseguras, precavendo desastres ocupacionais. Os autores consideram esse conceito importante para se pensar e analisar os policiais como trabalhadores, pois, cuidando da segurança coletiva eles são também sujeitos de direito, servidores públicos protegidos pela Constituição que lhes assegura integridade física e mental no desempenho de suas atividades.

A sociedade deseja que o policial militar seja um profissional de segurança pública qualificado, mas não pode esquecer que, antes de ser um policial, é, também, um cidadão. Sendo assim, o policial deve entender e respeitar os direitos humanos, inclusive os seus, uma vez que é a autoridade mais frequentemente encontrada nas ruas e que passa a imagem de sua instituição e do Estado a toda a população (Jesus, 2005).

Além disso, o autor aponta que como esse profissional tem autorização legal para o uso da força e de armas de fogo, isso proporciona uma destacada autoridade para a sua construção social ou para sua destruição, considerando que o impacto sobre a vida das pessoas é um referencial para o bem ou mal estar na sociedade.

A respeito da relação entre a polícia e a população, Guimarães, Torres e Faria (2005) colocam que esta é estruturada sobre imagens, crenças e estereótipos, a partir de experiências vividas nos processos de interação, assim como pelo conjunto de representações construído na sociedade.

Nesse sentido, Souza e Minayo (2005) acreditam que a opinião pública negativa faz parte do ônus do trabalho policial. Eles assinalam que estudos recentes com esses trabalhadores revelam elevado grau de sofrimento no trabalho pela falta de reconhecimento social. O conceito negativo emitido sobre eles pelas várias camadas sociais está entranhado na cultura, o que naturaliza a violência que os atinge, mais do que a qualquer outro trabalhador, durante a jornada de trabalho ou nos tempos de folga onde, curiosamente, aumentam as ocorrências de lesões e traumas de que são vítimas.

Segundo Spode e Merlo (2006), é frequente a atuação dos policiais veiculada pela mídia, ora mostrando ações de combate ao crime – colocando-os no lugar de heróis – ora mostrando-os como vilões, que se corrompem ou matam inocentes. Para os autores, o trabalho policial ocupa um território de controvérsias, no qual se produz uma realidade ainda pouco conhecida pela sociedade: a do policial trabalhador, cuja função é conter a violência, mas que, ao mesmo tempo, corre o risco de produzi-la e/ou de ser vítima dela.

A partir dessa perspectiva, os autores pensam o ofício policial como uma categoria profissional bastante vulnerável à produção de sofrimento psíquico, uma vez que o exercício do trabalho é marcado por um cotidiano em que a tensão e os perigos estão sempre presentes.

Spode e Merlo (2006) consideram, ainda, que, em se tratando dos trabalhadores da Polícia Militar, as exigências do contexto de risco permanente vivido nas ruas, agregam-se ao modo de como o trabalho está organizado, geralmente rigoroso e baseado em um sistema disciplinar, com vigilância permanente.

Poncioni (2005) afirma que dentro da organização, principalmente no período de treinamento, transmite-se a idéia do trabalho policial baseado no controle do crime e no cumprimento da lei, com ênfase nas regras e procedimentos da organização. Porém, fora desta, o profissional se depara com situações diversas, para as quais precisa tomar decisões que não estão, necessariamente, de acordo com as diretrizes, procedimentos, ordens gerais, ou mesmo com os processos formais da legalidade.

A autora ressalta que, a partir dos anos 70, obteve-se um novo tipo de modelo de polícia que enfatiza o serviço público, com o policial voltado a um alto nível de educação e treinamento, e com o estreitamento da ligação entre a polícia e a comunidade.

Santos (apud Silva & Vieira, 2008, p. 9) destaca que os policiais em atividade-fim encontram-se no limite entre a vida e a morte, uma vez que agem em situações de conflito e estão constantemente expostos ao risco de morte. Esse risco ocorre tanto na área rural, devido ao alto índice de conflitos sociais/agrícolas, quanto nas cidades, motivado pela criminalidade e violência.

O policial militar, ao chegar ao local da ocorrência, se depara com um cenário complexo: Quem é o infrator? Quem é a vítima? Quem está certo ou errado? Qual o motivo que ocasionou o ato? Além disso, se precisar utilizar a força ou a arma, qual deve ser o limite? Qual a melhor atitude a ser tomada? Tudo isso deve ser decidido rapidamente, pois qualquer erro de avaliação pode lhe ser fatal ou levá-lo a um comportamento equivocado (Silva & Vieira, 2008).

Desta forma, os autores ressaltam que, no contexto dos militares, é necessário considerar tanto os aspectos de organização do trabalho quanto as situações de risco a que esses profissionais estão sujeitos. A união desses componentes pode ocasionar implicações na saúde mental desses profissionais, ou seja, a maneira como essas forças interagem em sua atividade-fim pode gerar o sofrimento psíquico, e, conseqüentemente, problemas como alcoolismo, depressão e, até mesmo, culminar em suicídio.

Jesus (2005) argumenta que, atualmente, os policiais militares estão em busca do reconhecimento da sociedade pelos serviços prestados a ela. É importante que esse profissional sintam-se motivado e orgulhoso pelo que faz, resgatando a consciência de seu papel social, uma vez que está a serviço da cidadania.

Assim, este contexto de trabalho parece ser propício a causar fortes impactos sobre a saúde e a subjetividade deste trabalhador tendo em vista, ainda, a violência crescente que permeia o seu cotidiano.

Metodologia

A investigação baseou-se na pesquisa qualitativa que, segundo Turato (2003), obtém dados a partir de observação, entrevistas ou interações verbais com foco nas intenções e interpretações dos participantes. A mesma foi fundamentada na abordagem exploratória, que, de acordo com Gil (2002), proporciona maior conhecimento sobre o assunto, tornando-o mais explícito em busca do aperfeiçoamento de idéias.

No que se refere à pesquisa de campo, esta alude à Psicodinâmica do Trabalho (Dejours, 2008), também denominada clínica do trabalho, que se preocupa com o campo da normalidade psíquica e com a relação sofrimento/prazer no trabalho, consistindo num procedimento clínico de intervenção e investigação que se dá a partir de escuta das vivências coletivas dos trabalhadores.

De acordo com os objetivos da pesquisa foram criadas categorias, que serão posteriormente abordadas, segundo o método de análise de conteúdo. De acordo com Bardin (2004) este método consiste no desvendamento de significações de diferentes tipos de discursos, baseando-se na inferência ou dedução, mas que, simultaneamente, respeita critérios específicos propiciadores de dados em frequência, em estruturas temáticas, entre outros.

Para isso, formou-se um grupo com quatro profissionais da Brigada Militar de um município do interior do estado do Rio Grande do Sul, constituído por livre adesão. Todos os participantes trabalham no Pelotão de Operações Especiais (POE), com tempo de serviço entre dois e quatro anos e idade entre 24 e 33 anos. Foram realizados três encontros, cada um com duração aproximada de duas horas.

Em etapa prévia à pesquisa, os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), elucidando possíveis dúvidas e salientando a garantia de todos os direitos previstos na resolução 196/96, do Conselho Nacional de Saúde, que trata dos preceitos éticos de pesquisa com seres humanos. Foi enfatizado aos participantes o respeito ao sigilo e preservação de sua identidade em todas as etapas da pesquisa e na divulgação dos resultados. Assim, serão utilizados nomes fictícios nos relatos: Alana, Clara, Alex e Marlon.

Análise de resultados

Ser policial da Brigada Militar: prazer e sofrimento

A presente seção aborda o sofrimento, os desafios e dificuldades, prazer e realização, bem como rotina e cotidiano de trabalho dos policiais militares.

De acordo com Dejours (1999), o trabalho ocasiona efeitos intensos sobre o sofrimento psíquico, ora podendo agravar o sofrimento, levando à loucura, ora transformando este sofrimento em prazer, podendo ser mais fácil, para a pessoa que trabalha, proteger sua saúde mental em relação àquela que não exerce nenhuma atividade.

Quanto ao sofrimento, desafios e dificuldades, verificou-se, através dos relatos, que os policiais trabalham em um contexto de constante pressão, desgaste e estresse, como podemos observar na seguinte passagem:

É bem estressante, a gente lida muito com limites, diretamente, no dia-a-dia (...) decisões em frações de segundos; o estresse é bem intenso, o desgaste físico também (...); tem serviço extra (...). A gente seguido [está] respondendo processo, indo em audiência [...]. Tem aquela atividade direta com o lixo da sociedade, (...) os delinquentes (...), é complicado. Afeta bastante a saúde mental da gente. Tem que saber lidar. Se não controlar, tu acaba... (Marlon).

Neste sentido, Alex, outro entrevistado, argumenta:

Geralmente quando é acionado, não é pra coisas boas, né? Tem alguma coisa ruim que aconteceu, que afeta a pessoa. Então, nós somos acionados pra quê? Prá tentar resolver aquela situação. É que nem o filme Tropa de Elite (...) pega tua mochilinha, abre a porta do quartel e vai embora. Não aguenta a pressão. É pressão psicológica... Aqui não é pisar no algodão como se diz por aí. Não é!

Em relação ao tema, Poncioni (2005) afirma que dentro da organização, o trabalho policial baseia-se no controle do crime e no cumprimento da lei, obedecendo às regras e procedimentos da organização. Entretanto, fora desta, o profissional enfrenta situações distintas, necessitando tomar decisões que não estão, diretamente, ligadas aos processos formais da legalidade.

Assim, observa-se a rotina intensa de trabalho e a constante pressão a que estes profissionais estão submetidos. Ao atender o chamado da ocorrência não sabem exatamente o que os espera, o que por si só, já causa certa apreensão. São solicitados para resolver diversos problemas e conflitos, envolvendo, na maioria das vezes, violência e agressão, o que torna o trabalho tenso e desgastante. Acrescenta-se a isso o fato de que certas situações são delicadas, exigindo decisões rápidas e eficientes.

Nesta perspectiva, Marlon aborda: “Muitas vezes tem pessoas que acham que a Brigada vai ser o salvador da pátria, vai resolver a situação. E não é”. Seguindo a mesma direção, Alex complementa: “Muitas vezes, a gente chega lá, mas não é problema de polícia, é problema social. Mas quem é que é lembrado primeiro? É a Brigada. Muitas vezes a gente consegue contornar a situação”.

Silva e Vieira (2008) ressaltam que, no contexto dos militares, devem ser levados em conta os aspectos de organização do trabalho e as situações de risco a que esses profissionais estão expostos. A adesão desses componentes pode trazer consequências à

saúde mental desses profissionais. O modo como essas forças interatuam em sua atividade-fim pode ocasionar o sofrimento psíquico.

Os resultados da pesquisa revelaram que , a organização do trabalho militar e os padrões que fogem ao seu controle exercem grande influência na saúde mental destes trabalhadores exigindo-lhes ,além de sua formação, a capacidade para atender às demandas que lhes são solicitadas.

No que se refere ao prazer e realização no trabalho, constatou-se que os profissionais entrevistados sentem-se satisfeitos pelo trabalho que realizam. Assim como afirma Marlon: “Acima de tudo é bem reconfortante, porque a gente trabalha ajudando. Praticamente ajudando o público. E isso é bem reconfortante”. Com relação à satisfação no trabalho, ele ainda acrescentou: “Mais pela satisfação de trabalhar mesmo, de ter um dever cumprido, de tu poder realizar. Chegar ao final da ocorrência e saber que tu conseguiu concretizar aquilo positivamente”.

Alex também fala do seu sentimento com relação à vida profissional afirmando:

A gente tá aqui na profissão porque a gente escolheu trabalhar na Brigada. A gente escolheu tá aqui. Muito a gente faz porque gosta. Eu gosto de ser policial, eu gosto do que faço. Cansa, só que é prazeroso. É bom. Muitas vezes tem a recompensa da população.

Foi possível verificar que, ainda que os profissionais sintam o desgaste físico e mental imposto pelo trabalho, experimentam também o sentimento de pertencimento, de estar sendo útil, digno, de cumprir com o que lhe foi solicitado, bem como, o contentamento em servir à população, embora nem sempre tenham o desempenho reconhecido.

Diante do exposto, Lancman (2008) considera que as formas de realização do trabalho estão vinculadas aos processos de reconhecimento, gratificação e movimentação da inteligência, bem como acopladas à construção da identidade e da subjetividade.

De acordo com Tittoni (2007) é importante pensar o trabalho em relação aos processos sociais, no que se refere ao seu significado para a vida em sociedade, assim como em seus efeitos nas atuais condições de existência. Esta afirmação é ilustrada pela fala dos participantes do grupo: “Muitas vezes, a gente conversa com as pessoas na rua e tu vê que melhora, já é gratificante também” (Alex). Alana relata: “No começo, eu fiz o concurso por causa da estabilidade; claro, agora eu gosto. Eu gosto de trabalhar, eu gosto de ir pra rua”. Ainda, Alex complementa:

A gente não entra sabendo como é que é (...) faz um concurso pra ser funcionário público, ter plano de saúde. Mas, depois, com o passar do tempo tu vê que era isso mesmo que queria. Eu sou um, eu gosto da polícia. Gosto mesmo. Gosto do que faço.

Conforme Heloani e Lancman (2004), o trabalho pode gerar sofrimento, na medida em que confronta as pessoas com desafios externos, mas também oportuniza crescimento e desenvolvimento psicossocial. Se o mundo do trabalho leva ao sofrimento e ao adoecimento, simultaneamente, esse pode se constituir em fonte de prazer e de desenvolvimento humano.

Nesta direção, a investigação levou à constatação que a descoberta do novo e a busca pela estabilidade dão lugar ao gosto pelo sentido do trabalho, à realização e à

certeza da escolha correta, conforme enfatizado pelos entrevistados, denotando a satisfação de poder atender às necessidades solicitadas e, acima de tudo, o prazer pela atividade que desempenham. Assim, pode-se inferir que o sofrimento vivenciado diante dos riscos e da pressão, é aplacado, nesta profissão, pelo prazer do dever cumprido.

Referente à rotina e cotidiano de trabalho, os policiais militares revelaram que são cobrados no desempenho da profissão e que esta exige muita responsabilidade e comprometimento. É uma rotina desgastante, tanto física quanto emocionalmente, pois suas responsabilidades estão centradas na resolução de problemas diversos. Neste sentido, cabe registrar os seguintes relatos:

No trânsito de nossa cidade, que é horrível, a gente dirige 12 horas, às vezes mais, 18 horas. Além de dirigir, tem a sirene da viatura e o rádio da sala de operações ligados (...) tem que absorver o rádio, tem que prestar atenção no trânsito (Alex).

Clara afirma que:

Quando chamam a Brigada por problemas familiares é quando a família já não tem mais o que fazer, já perdeu totalmente o controle. Eles buscam na Brigada uma solução. Tu tem que resolver o problema de alguém. As pessoas acham que a Brigada é a solução.

Alana também expõe a responsabilidade da profissão afirmando: “A Brigada, ela é mais. Ela te cobra mais, tu tem mais responsabilidade, tu tá com uma arma no coldre.”. O participante Alex expressa: “nós quatro aqui, temos que chegar no quartel, pegar o equipamento, entrar na viatura e sair pra rua. Passar todo o tempo na rua e só voltar pra ir embora, ou pra comer, os 45 minutos e ir embora”.

A partir dessa perspectiva, Spode e Merlo (2006) enfocam a atividade policial como uma classe profissional muito vulnerável à produção de sofrimento psíquico, em virtude do desempenho do trabalho ser caracterizado por um cotidiano em que a tensão e os perigos são constantes.

Na direção do que apontam os autores, os resultados da pesquisa demonstraram que a necessidade de atenção dos profissionais participantes é contínua, assim como a tensão vivida por eles, pois o comprometimento e a responsabilidade são constantemente exigidos em seu cotidiano profissional, associados ao ritmo de trabalho que apresenta-se acelerado e intenso.

Os autores enfatizam ainda, que o grau de risco permanente vivido nas ruas, somado ao modo de como o trabalho está organizado, normalmente rigoroso e disciplinado, requer destes profissionais um estado de vigilância contínuo. Isto evidencia-se nos relatos a seguir, de Alex e Marlon, que afirmam, respectivamente: “O comprometimento da gente é 24 horas, não adianta. (...) tu não pára de olhar pros lados, tá sempre em alerta, mesmo caminhando na rua como civil”.

Tu anda na rua na hora de folga, tu tá sempre em situação de alerta (...) um instinto que a gente tem, eu acho. Já tive que abordar, intervir em ocorrências na hora de folga, isso é normal. (...) tu não se desliga muito do serviço.

Além disso, Marlon afirma: “A gente é um grupo de operações especiais. As ocorrências que a gente atende têm um grau de perigo bem maior (...) então a gente não pode andar descuidado. (...) o cara vai te reconhecer fardado, civil, de qualquer jeito”.

Segundo Silva e Vieira (2008), o policial militar, quando chega ao local da ocorrência, se defronta com um lugar de circunstâncias complicadas, necessitando tomar atitudes e decisões rapidamente. Qualquer erro de avaliação pode lhe ser fatal ou levá-lo a um comportamento equivocado.

Os relatos dos participantes sinalizam que a rotina de trabalho do policial é maçante. Percebe-se o incessante estado de precaução e alerta em que vivem, a automatização das intervenções e atendimento às ocorrências (mesmo fora do horário de serviço) e a preocupação com sua segurança pessoal que permanece mesmo nos momentos de descanso e lazer.

Diante do exposto, Alex menciona: “A decisão é em fração de segundos. Tá na rua, precisou sacar a arma, tem que tomar decisões. E, muitas vezes tu não vai ter como voltar”. Ele complementa: “Então, tu tem que tá com o teu preparo sempre apurado pra não ter erro, porque certos erros são fatais (...). Para as pessoas da sociedade, tu tem que ser perfeito, tu não pode errar”. Evidencia-se aqui, o raciocínio rápido, a precisão e a exigência da perfeição a que estão submetidos estes profissionais continuamente..

Em certas situações os policiais sentem-se impotentes, em virtude da legislação vigente, conforme relatos a seguir: “Tu vai num acidente atender, porque as partes não estão fechando. Sempre uma vai sair mais feliz contigo, outra não” (Clara). A entrevistada cita como exemplo uma abordagem na qual ouviu de um civil: “você tão abordando nós e os vagabundos que vocês têm que pegar, não pegam” (Clara). E continua:

Mesmo sabendo que o cara faz as coisas (...), pela lei, tu não tem argumento suficiente pra prender. Aí, dá uma certa sensação de impotência. Tu pega os cara furtando, roubando (...) dali meia hora eles passam por ti na rua, rindo da tua cara porque tão solto. Muita coisa que tu vê errado e não pode fazer nada.

Ao ouvir a colega, Marlon concorda e complementa abordando outros fatores, como se observa na passagem:

E a população não entende isso, acha que a culpa é da polícia, mas na verdade não é. É um conjunto, a legislação é falha, tem falhas. Por isso que acontecem coisas assim. A gente prende e no outro dia o cara tá na rua cometendo outros delitos.

O sentimento de impotência em relação às normas vigentes é aqui explicitado, gerando certa revolta e frustração referente a essa questão, e em relação à sociedade, que sem ter o devido conhecimento, acaba por acusar o profissional pela conduta seguida.

Conforme Souza e Minayo (2005), faz-se necessário perceber os policiais como trabalhadores que cuidam da segurança pública, mas que também são indivíduos e servidores estaduais, com proteção garantida pela Constituição, lhes assegurando integridade física e mental no desenvolvimento de suas funções.

Baseado nos relatos dos participantes pode-se concluir que, mesmo gostando do que fazem, estes profissionais sentem-se em constante estado de pressão e de alerta. Isto acontece em virtude do trabalho oferecer riscos e devido à rotina tensa vivenciada em seu

cotidiano. Percebe-se que esta profissão exige dos profissionais preparo físico e emocional, pois estão continuamente expostos as mais diversas situações de perigo, sentindo-se bastante pressionados pelas múltiplas responsabilidades e demandas que recaem sobre eles. Assim, torna-se importante pensar a prevenção e promoção de saúde neste contexto.

Estratégias de defesa e formas de enfrentar as dificuldades

Esta seção da pesquisa contempla os horários, a alimentação, a família e as formas de defesa utilizadas pelos profissionais da Brigada Militar entrevistados para enfrentar o cotidiano de trabalho.

Constatou-se que os policiais não possuem uma rotina de trabalho pré-estabelecida, o que ocasiona alteração nas horas de sono, bem como alimentação inadequada. Eles evitam falar sobre as atividades de sua profissão com a família, a fim de protegê-la e não gerar maiores preocupações. Como estratégia para proteger sua saúde mental, eles afirmaram praticar esportes.

Nesta perspectiva, Clara aborda: “[São] 40 horas semanais, mas depende da escala. Trabalha todos os dias 6 horas, às vezes, 12 horas corridas e folga 36 (...) e tu come apertado. Esse colete aperta a barriga. (...) a gente troca muito a noite pelo dia.” Nessa direção, Marlon afirma:

O serviço do profissional de operações especiais não é regular. A gente tem bastante desgaste físico, dorme pouco, se alimenta mal. Tem um horário pra alimentação (...) mas estar comendo e ter que parar é normal (...) acontece muito isso aí.

Neste sentido, Alex acrescenta: “Tu dormir de dia não é o mesmo sono da noite, não recupera nunca mais. Não é uma alimentação saudável (...) não tem hora pra comer”. O entrevistado aponta ainda: “(...) não consegue nem fazer a digestão. (...) o teu organismo já tá dando volta há horas. E aí, tu já perdeu a fome. Fica um longo espaço de tempo sem comer. E aí?”.

De acordo com Seligmann-Silva (1987), o trabalho em turnos alternados, provoca ações sobre o físico e a saúde humana, trazendo como consequência a alteração do sono e do horário habitual de alimentação. Isto gera um desequilíbrio entre a fisiologia e os horários de consumo de alimentos, incluindo a falta de apetite para refeições de determinados horários, lentidão ou dificuldade do processo digestivo, ocasionando distúrbios funcionais e sintomas como sensação de peso, dores abdominais, náuseas e azia.

Os efeitos da rotina intensa e desgastante dos policiais militares participantes da pesquisa foi percebido na falta de horários pré-estabelecidos para as refeições, na inconstância para fazê-las, no desconforto causado pelo uso dos equipamentos, no sono instável que levam a disfunções no organismo e a um provável desequilíbrio físico e psíquico. Assim, esses são fatores que corroboram para o prejuízo da saúde e que se manifestam através do surgimento de instabilidades emocionais, como a irritabilidade e o estresse.

O participante Marlon evidencia este aspecto: “Às vezes tu não consegue almoçar, comunica o responsável: vou fazer um lanche rápido na padaria. As pessoas te olham com uns olhos assim! ‘Oh, o brigadiano matando o serviço e fazendo um lanche’”. E conclui:

“As pessoas têm muito essa idéia de que o brigadiano tem que ser um robô. Não pode fazer nada. Mas ele tem uma vida atrás dessa farda”.

O participante ainda acrescenta: “[As pessoas] exigem que a gente seja uma enciclopédia de conhecimento também. É quase impossível uma pessoa ter total conhecimento de todos os fatores que a gente trabalha”. E ainda: “É muita legislação, tem que saber os primeiros socorros, tem que saber saúde mental [...] É complicado.”

Nesta direção, Jesus (2005) coloca que a sociedade almeja que o policial militar seja um profissional preparado, contudo não pode esquecer que, antes de ser um policial, é, também, um cidadão.

Foi possível perceber que a exigência de precisão e infalibilidade exigidos informação atribuída destes profissionais, juntamente com a estranheza da população ao ver o policial “parado”, conforme relataram os participantes, o que pressupõe a não aceitação de seu trabalho como parte do cenário das cidades, como se o policial estivesse à margem do cotidiano de vida das demais pessoas. O distanciamento entre o profissional e o pessoal, atribuído pela comunidade, acusa a falta de percepção do “ser humano policial”.

Diante disso, Alex relata: “O pessoal acha que tu é frio, mas tu aprende a lidar com as emoções, aprende a se controlar (...). Só com a vivência no que tu já passou, tu começa a manipular o teu controle, o que tu sente, a tua reação”. Ele conclui: “a gente aprende a filtrar o que for bom pra [nós], e o que não for, aprende a botar fora. O equilíbrio mental tem que ter, te conforta”.

Por fim, Alex argumenta sobre a importância de apagar as memórias como um recurso para defender-se psicologicamente: “Se eu [for] me lembrar de cada morto que eu vi nesses 4 anos de Brigada, eu não ia dormir de noite. Se eu olhar agora de manhã pra um cara morto, de tarde nem lembro mais”.

Segundo Abrahão e Sznalwar (2010), para ter um bom rendimento no trabalho, os trabalhadores criam estratégias operatórias para corresponder às exigências das atividades. Todavia, se a organização for rígida, não haverá espaço para alterações nas atividades e nas relações com os colegas e com a hierarquia, havendo então um bloqueio. Trabalhar através destas condições implica em consequências calamitosas para a qualidade do que se desempenha, assim como para a mente dos trabalhadores.

De tal forma é possível observar nos relatos dos entrevistados, a necessidade da criação de medidas de proteção para que o equilíbrio e a saúde mental sejam preservados. Nesta direção, Marlon relata que precisa buscar outras atividades para esquecer dos rigores do trabalho: “Se não enlouquece. Tu gosta de correr, vai correr. Tu gosta de jogar futebol, vai jogar futebol. Tu gosta de dançar, vai dançar [...]. Se tu viver a vida só na Brigada, aí tu acaba”.

Alex acrescenta que precisa ocupar-se com outras atividades e desligar-se do trabalho, também para proteger a sua família: “A tua casa, tua família vai virar num inferno, porque tu só vai viver Brigada, vai absorver só coisa ruim (...). A tua família não tem que estar pagando por uma coisa que tu viu na rua. Eu evito levar a Brigada pra dentro da minha casa. Não gosto”.

Aliado à expressão dos participantes, salienta-se que a complexidade do trabalho demanda dos profissionais a procura por meios que busquem a evasão das emoções associadas às suas atividades como forma de proteger a si e a sua família.

~~De acordo~~ Nesta direção, Gernet (2010), os trabalhadores criam e sustentam estratégias de defesa com a finalidade de se proteger do sofrimento que advém do

trabalho, tendo como objetivo a continuação de suas tarefas. As estratégias são construídas para encobrir ou amenizar diferentes vulnerabilidades como medo, desgosto, injustiça, vergonha. As estratégias defensivas são constituídas para que os sujeitos permaneçam em estado de normalidade, afastando, assim, o risco de doença mental ou somática.

Contudo, no contexto estudado, prevalecem mecanismos individuais e não coletivos o que dificulta a proteção da saúde mental dos trabalhadores, tendo em vista que a solidariedade das estratégias coletivas é que podem evitar mais efetivamente a descompensação psíquica do trabalhador. (Dejours, 2008)

Entretanto, Consta-se, ainda, que estes trabalhadores têm dificuldade de desligar-se de seu trabalho, denotando a busca de outros meios para descarregar a tensão, conforme relatos: “Quando acontece uma ocorrência grave, a gente chega em casa e demora um pouco pra baixar a adrenalina. Chega bem elétrico, aí tem que ir acalmando” (Marlon). Alex afirma: “Tem dias que eu chego em casa a uma hora e vou dormir às três. Tomo banho, fico olhando televisão, até! Se eu deitar na cama eu não vou conseguir dormir”. Ele ainda acrescenta: “[Tem dias que] boto os fones no ouvido, escuto música e vou correr. Uma forma de desaparecer. Vou jogar meu futebol ou fazer alguma coisa fora”.

No que se refere às repercussões sobre a vida fora do trabalho, em especial no que se refere à sua família, os participantes revelaram: “A família sente muito mais. Quando tu sai pro trabalho. Se tu vai voltar ou não. Pra ti é rotina aquilo ali (...). Eles sentem muito mais do que tu” (Clara). Alex também expõe suas idéias com relação ao tema em questão:

Minha mãe quer me ver fora da Brigada (...) Já aconteceu de eu aparecer em casa com a farda suja de sangue (...). A família se preocupa muito mais do que nós próprios. A gente não sabe se vai voltar pra casa!

Marlon aponta a frieza, desnudando sua forma de defender-se dos perigos, porém revela que não consegue proteger sua família do medo relacionado ao risco de vida presente em sua profissão: “Querendo ou não, a profissão te deixa mais frio, tu vai ficando bem mais ‘coração de pedra’. Eu não tenho medo de morrer, mas a família tem medo de que a gente morra.” E conclui: “Só que às vezes, tu faz certas coisas e depois tu acalma e pensa: ‘mas eu fiz isso? Podia ter tomado um tiro, como fui pular esse muro?’”

A preocupação da família com a integridade dos profissionais é outro aspecto importante enfatizado pelos entrevistados. A rotina dos riscos vividos, faz com que se acostumem com essa dinâmica, porém, em certos momentos de reflexão, o mecanismo de negação do real do trabalho é desligado e dão-se conta de quão desafiante e perigoso seu trabalho é.

Desta forma, pode-se considerar que existe uma distância significativa entre o trabalho prescrito e o trabalho real. Isto incide na atividade dos trabalhadores de maneira expressiva, ocasionando aumento da carga de trabalho no âmbito cognitivo e psíquico. Assim, é inserida uma dinâmica de regulação para que o trabalhador possa manter o equilíbrio, buscando obter os resultados almejados dentro das possíveis condições. (Abrahão & Sznelwar, 2010).

Faz-se necessário pontuar, que estes profissionais assumem de tal maneira o uso da arma em sua profissão, que este objeto parece fazer parte de seu corpo, como mostram os relatos do grupo:

Quando entrei de férias, dez dias afastado, tive que entregar a arma, que essa arma aqui é da Brigada; é a Brigada que empresta. Eu confesso, fiquei mesmo bem inseguro por não estar armado. Parece que eu tava, assim, sem uma perna, sabe? (Marlon).

Alex concorda com o colega: “É que tu acostuma a ficar com a tua pistola, tá contigo, faz parte do teu corpo. É! Parece que ta faltando”. Isto evidencia a incorporação do instrumento de trabalho no seu cotidiano e, conseqüentemente, na sua identidade e subjetividade, e cuja ausência ocasiona sentimentos de desconfiança e insegurança.

Verificou-se, assim, que apesar das dificuldades enfrentadas no dia-a-dia, como cansaço, má alimentação e sono inadequado, estes profissionais buscam superar seus limites pessoais através da dedicação incondicional ao trabalho, mesmo sabendo da incerteza ou insegurança advindas de suas atividades. Entretanto, tentam fazer o que gostam em seu lazer e preservar sua família de seu sofrimento, embora refiram a grande dificuldade de encontrar espaços em que realmente possam desligar-se de seu trabalho.

Reconhecimento e imagem diante da comunidade

Esta seção abrange a hierarquia presente no quartel, a imagem do policial diante da população e da mídia, bem como, os sentimentos frente aos desafios de seu trabalho e as formas de reconhecimento.

Vale ressaltar que os participantes manifestam a forte pressão advinda do poder da hierarquia, conforme relato: “No meio militar acontece muita cobrança e como existe a hierarquia (...). Isso estressa bastante também.” (Marlon)

Pode-se verificar, assim, que a hierarquia presente no contexto militar contribui significativamente para a geração do sofrimento desses profissionais. Em relação a isso, Dejours (2008) afirma que existe um aumento de patologias relacionadas ao trabalho em virtude do constrangimento e sofrimento que este pode gerar, tais como, medo de acidentes, agressões e demissão, angústia de não ser capaz, sofrimento pela repetição contínua, aborrecimentos, receio da dominação e da autoridade praticada pela hierarquia, entre outros.

Frente à hierarquia, a solidariedade entre os trabalhadores deixa de existir, sendo que, como já foi mencionado nessa pesquisa, se torna mais difícil, sob o ponto de vista psíquico, tolerar a injustiça estando de maneira só, do que se houvesse o apoio dos colegas. Deste modo, as patologias relativas ao trabalho, antes de tudo, são “patologias da solidão” (Dejours, 2008, p.19).

Por conseguinte, o trabalho implica em convivência e o viver junto pressupõem o reconhecimento do outro. Contudo, frente à precarização das relações subjetivas de trabalho, a solidão torna-se mais presente, dificultando a função da alteridade, isto é, o reconhecimento (Martins, 2010).

Dentro deste contexto, faz-se importante pontuar a relevância do espaço de escuta e discussão, que foi construído junto aos participantes durante a realização da pesquisa.

Ainda sobre o sofrimento associado à rigidez da hierarquia e das prescrições, pode-se apresentar o relato significativo, de Clara:

Acho que a gente é desvalorizado na profissão, porque quem [está] na rua mesmo é soldado. [É ele que está] lá, ralando, suando, sujando a bota, a farda. Os outros ficam aqui dentro. Quem vai pro combate mesmo somos nós.

O depoimento acima demonstra o sentimento de desvalorização do profissional, hierarquicamente inferior, uma vez que exerce sua atividade na rua e está exposto as mais diversas situações. Isto, por sua vez, pode gerar a insatisfação. Dejours (2008) assevera que, em cenários como este, os trabalhadores passam a trabalhar através da competição constante, ocasionando a banalização dos comportamentos traiçoeiros entre colegas. Conforme o autor, quanto mais se almeja hierarquia, maior e mais acentuada torna-se a disputa entre os mesmos. A confiança é, então, substituída pela desconfiança, instalando-se o isolamento, a solidão e a desolação.

Em relação à imagem transmitida pelo policial, um participante da pesquisa faz importantes relatos com a concordância de seus colegas:

Muitas vezes tu passa a impressão de ser frio. Mas a nossa profissão pede isso. Chega no local e tá aquele pandemônio, e tu deve ser calmo pra poder contornar a situação. Mas, por dentro, no teu subconsciente tu sabe, aquilo é chocante! (Alex).

O entrevistado acrescentou: “A imagem que também cai em cima da gente é de ser bastante truculento. (...) a ocorrência exige que tu chegue com rigor”. Para ilustrar sua fala, Alex cita um exemplo aludindo a uma situação que ocorreu com ele: “quando a gente pega um evento com um número de pessoas ali, doze partes brigando entre si, a gente tem que ser mais enérgico [...], senão as pessoas ignoram”. Referindo-se à mídia, ele enfatizou: “A mídia, principalmente, bate muito nisso aí, né? Só vê o policial quando ele tá ali tentando torcer o braço de alguém, mas não vê a história antes, o porquê que ele tá fazendo aquilo. Tu tem uma técnica pra agir”. Outra participante ratifica: “As coisas boas que a gente faz não [vão] na notícia. Mas qualquer coisinha que tu faz de errado, tá lá.” (Alana)

Para grande parte da sociedade, a imagem do policial militar continua associada à força e à intolerância praticadas em épocas anteriores, uma vez que esta categoria estava agregada à repressão de atos, manifestações, entre outros. Diante disso, a mídia expõe a imagem do profissional militar – ora exaltando, ora denegrindo – reforçando a ideia de um ser infalível, incapaz de cometer erros.

Nesta direção, Spode e Merlo (2006) apontam que é comum a mídia veicular a atuação dos policiais em certas situações, colocando-os no lugar de heróis, e em outras mostrando-os como vilões, que se corrompem ou matam inocentes. Para os autores, o trabalho policial apresenta controvérsias, determinando uma realidade ainda pouco conhecida pela sociedade. Ou seja, a do policial como trabalhador, que tem como ofício conter a violência, mas que, concomitantemente, pode vir a produzi-la e/ou ser vítima dela.

Jesus (2005) argumenta que o profissional militar é autorizado legalmente para fazer uso da força e de armas de fogo. Isto lhe confere o poder de agir, contribuindo para a construção social ou para sua ruína, uma vez que sua atuação é referência para o bem ou mal-estar na sociedade.

Sobre o uso de armas, os participantes defendem o profissionalismo e o preparo para o exercício da função, salientando que não fazem uso de seu poder sem necessidade e que são devidamente instruídos para utilizar as armas. Isto é, eles não estão dispostos a cometer atos de violência, como pode ser imaginado pela população, gerando antipatia por seu trabalho.

Com relação ao uso das armas, Alex afirma:

Mas a gente é profissional, a gente tem técnica pra fazer isso, a gente tem instrução pra lidar com a arma. Como é que ela funciona, como é que não funciona. Não é porque eu to com a arma na mão que eu vou atirar em alguém.

Marlon acrescentou: “A população ainda tem aquela imagem da antiga polícia da época da ditadura, que o policial é aquele ignorante, que chega batendo, que não sabe nem o que tá fazendo, que vai dar tiro”. Então, a fim de desfazer essa imagem, o participante complementou:

Hoje em dia, se tu for ver o efetivo, a colega, [por exemplo], é formada; ela faz faculdade, tem um monte de gente bem instruída na Brigada. O pessoal já entra instruído, é outra cabeça. Só que o pessoal ainda não viu isso aí. Tem aquela imagem antiga do policial.

No que se refere à relação entre a polícia e a população, os participantes deram ênfase ao grau de instrução e à nova postura desses trabalhadores, lamentando que a comunidade ainda não tenha percebido essa mudança. Guimarães et al. (2005) colocam que esta relação é centrada sobre imagens, crenças e estereótipos advindos de experiências obtidas na interação entre ambos, assim como, pelo conjunto de reproduções construído na sociedade.

Nesta perspectiva, Souza e Minayo (2005) entendem que o conceito negativo atribuído pela comunidade ao trabalho policial, sobrecarrega este profissional. Estudos atuais, envolvendo esses trabalhadores, indicaram alto grau de sofrimento no trabalho devido à falta de reconhecimento social. O julgamento negativo pronunciado pelas diferentes classes sociais está arraigado na cultura.

Sobre o reconhecimento, Dejours (2008, 1999) assevera que ele é que torna possível a transformação do sofrimento vivenciado no trabalho em prazer e realização. Conforme o autor o reconhecimento pode vir dos chefes, dos colegas e, eventualmente, do cliente, que, neste caso, pode ser considerado a população em geral.

Em relação a este importante fator de saúde mental, constatou-se que, no contexto pesquisado, há profundas limitações do reconhecimento, tendo em vista a hierarquia e o sentimento ambivalente da comunidade atendida pelos policiais da brigada militar que, muitas vezes, conforme apontado acima, possui uma imagem distorcida e preconceituosa do brigadiano que, nas discussões em grupo, buscou dar visibilidade ao seu valor profissional.

Segundo Mendes (2010), o processo de reconhecimento requer mobilização política e capacidade de transformar a realidade do trabalho, obtido através da negociação de divergências e interesses pertinentes ao mesmo. Assim, o espaço de discussão torna-se um importante mediador de saúde ao abrir espaço para o reconhecimento entre os pares, o qual não foi verbalizado pelos participantes. Além disso, o espaço de discussão possibilita a construção de ações voltadas à mobilização do grupo para estratégias de defesa mais saudáveis.

Alex aborda a psicodinâmica do reconhecimento em seu trabalho e a expectativa de ser valorizado pelas pessoas que solicitam o seu serviço: “Às vezes a gente se sente

reconhecido. Às vezes sim, às vezes não. Depende da circunstância. Em relação à sociedade, poucos”. O participante acrescenta:

A gente fica satisfeito, reconhecido quando a gente consegue atender à expectativa daquele que solicitou.” E conclui: “Muito mais que o meu comandante fazer um elogio pra mim e sair publicado num boletim que toda a Brigada vai ver. Pra mim, vale muito mais [...] chegar: ‘bah, muito obrigado’. Pra mim é um reconhecimento.

A importância do reconhecimento verbalizada pelos participantes, com a concordância dos demais membros do grupo, é confirmada por Dejours (2008), que defende que este constitui um mediador de saúde.

Conforme Gernet (2010), a expectativa do reconhecimento do trabalho é marcada pela importância que se dá à realidade nas experiências realizadas, uma vez que o trabalho consiste em ultrapassar a resistência da realidade através da experiência corporal, levando a um experimento afetivo, também chamado de subjetividade.

Em relação ao reconhecimento, Jesus (2005) enfatiza que, na atualidade, os policiais militares buscam a valorização pelos serviços prestados à sociedade. É necessário que esse profissional mereça consideração, para que se sinta motivado e orgulhoso pelo que faz, recuperando a importância de seu papel social, tendo em vista que está a serviço dos cidadãos. Isto fica claro nas falas dos participantes que procuram mostrar sua capacidade, mas também suas fraquezas: “História a gente tem bastante pra contar. Histórias boas e histórias ruins” (Alex). Marlon afirma: “É, a gente não é monstro”. Clara propõe: “É que sobra pra nós resolver o que ninguém mais conseguiu resolver”. Por fim, Alex revela: “A gente não é monstro e não é super-herói, também. Não é colocar a farda e virar super-herói”.

Tendo em vista que a Brigada Militar é responsável pela manutenção da ordem e segurança pública, há uma tendência da população em enxergar o policial como um ser infalível e auto-suficiente, o que leva ao distanciamento e à invisibilidade, com profundos impactos sobre a saúde e a subjetividade destes profissionais.

Portanto, cabe ressaltar que os policiais militares manifestaram o desejo de ser reconhecidos pela atividade que realizam, uma vez que a população demonstra certa desconfiança e indiferença frente ao trabalho que desempenham. Essa atividade profissional é, muitas vezes, incompreendida pela comunidade, por esta desconhecer os limites presentes na execução das tarefas relativas à profissão de policial militar.

Considerações Finais

A partir da pesquisa de campo verificou-se que o policial militar vive constantemente sobre pressão, riscos e perigos. Assim, esta é uma profissão que requer bom preparo físico e equilíbrio emocional, demandando paciência e diplomacia para lidar com a população e a hierarquia. Além disso, exige agilidade em relação a certas situações devido às contradições de seu cotidiano de trabalho em um contexto de violência crescente que, enquanto profissional que cuida da segurança de uma comunidade, propõe-se a sanar, mas que, concomitantemente, pode vir a reproduzir.

Dessa forma, pressupõe-se que estes profissionais podem estar expostos a sentimentos de incompreensão, frustração e falta de reconhecimento, pois tendem a sentirem-se desvalorizados e com pouco apoio da sociedade, devido ao fato da mesma

desenvolver um sentimento ambivalente em relação ao seu papel e, muitas vezes, não compreender o trabalho por eles desenvolvido.

Contatou-se, também, que os policiais militares possuem um ritmo de trabalho intenso e estressante. Como os horários de trabalho são frequentemente alterados, não dispõem de horas de sono adequadas e alimentação saudável.

Quanto aos seus relacionamentos, verificou-se que procuram separar o trabalho, da família no intuito de não causar preocupações aos seus familiares. Da mesma forma, buscam em seu lar um espaço de desligamento de seu cotidiano de trabalho. Assim, escondem seu sofrimento e seus temores. Isso pode atuar como uma forma de proteção eficaz, contudo, pode também levar a um distanciamento e empobrecimento nas relações afetivas relacionados a uma tentativa constante de esconder seus reais sentimentos.

A pesquisa demonstrou, ainda, que fazem uso do esporte, em alto nível de intensidade e esforço como estratégia de defesa para manterem-se fortes e preservar a saúde mental, uma vez que esta profissão exige habilidade para lidar com diferentes situações, devido às diversas demandas e às contradições de seu contexto diário de trabalho. Esta tática é interessante, considerando que mantem o corpo preparado para o enfrentamento dos rigores da profissão. Entretanto, o esporte não atua como uma forma de lazer e descontração, mas como mais um compromisso que deve ser exercido com rigidez e disciplina, agregando mais uma carga de tensão e estresse.

Salienta-se, ainda, que a sociedade, cada vez mais, reivindica por segurança; consequentemente, estes profissionais são mais exigidos e cobrados em sua atuação. Porém, ignora que por dentro da farda existe um ser humano, com sentimentos e emoções, que almeja ser útil, reconhecido e valorizado. Contudo, é fundamental importante que esse profissional sinta-se motivado e orgulhoso pelo que faz, resgatando a consciência de seu papel social, uma vez que está a serviço da cidadania.

Estas constatações justificam o valor desta pesquisa e instigam o aprofundamento das reflexões propostas, visando construir e socializar conhecimentos que constituam subsídios para futura intervenção e promoção de saúde neste contexto de trabalho e evidenciam a importância da escuta coletiva destes trabalhadores, na perspectiva da Clínica do Trabalho, como um espaço de visibilidade de suas contribuições e de reapropriação do sentido de seu trabalho.

Referências

Abrahão, J., Szelwar, L. (2010). Entre a tarefa e a atividade: a dor do trabalhar. In A. M. Mendes (Org.), Trabalho e saúde: o sujeito entre emancipação e servidão (pp. 102-114). Curitiba: Juruá.

Antunes, R. (2000). Adeus ao Trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez.

Bardin, L. (2004). Análise de conteúdo. (Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro, trad.). Lisboa: Edições 70.

Bauman, Z. (1999). Globalização: as conseqüências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Dejours, Christophe (1999). Conferências Brasileiras: identidade, reconhecimento e transgressão no trabalho. (Ana Carla Fonseca Reis, trad). São Paulo: Fundap.

Dejours, Christophe (2008). Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. In: Lancman, S., Sznelwar, L. (Orgs.), Rio de Janeiro: Fiocruz.

Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas Envolvendo Seres Humanos. Conselho Nacional de Saúde. Resolução 196/96. Disponível em <http://www.ufrgs.br/bioetica/res19696.htm>. Acesso em: 04 de maio de 2010.

Gernet, Isabelle (2010). Psicodinâmica do Reconhecimento. In: Mendes, M. A., Merlo, A. R. C., Morrone, C. F., Facas, E. P. (Orgs.), Psicodinâmica e Clínica do Trabalho: Temas, interfaces e casos brasileiros. (pp. 61-76). Curitiba: Juruá Editora.

Gil, Antonio Carlos (2002). Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas.

Guimarães, J. G., Torres, A. R. R., Faria, M. R. G. V. de. (2005). Democracia e violência policial: o caso da polícia militar. *Psicologia em Estudo* 10 (2). Maringá. (pp. 263-271).

Heloani, R., Lancman, S. (2004). Psicodinâmica do trabalho: o método clínico de intervenção e investigação. *Produção* 14 (3) São Paulo.

Jesus, J. L. B. de. (2005). Polícia Militar & Direitos Humanos. Curitiba: Juruá.

Lancman, S. (2008) O mundo do trabalho e a psicodinâmica do trabalho. In: Dejours, C., Sznelwar, L. I. (Orgs.), Christophe Dejours: da psicopatologia à Psicodinâmica do Trabalho. (pp. 25-36). Rio de Janeiro: Fiocruz.

Martins, S. R. (2010). Tempo antes do adoecer: relações entre saúde e os processos psicodinâmicos do reconhecimento do trabalho. In: Mendes, A. M. (Org.), Trabalho e Saúde: o sujeito entre emancipação e servidão. Curitiba: Juruá.

Mendes, Ana Magnólia. (2010). Prazer, reconhecimento e transformação do sofrimento no trabalho. In: Mendes, A. M. (Org.), Trabalho e Saúde: o sujeito entre emancipação e servidão. Curitiba: Juruá.

Nardi, H. C. (2006). Ética, Trabalho e Subjetividade. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

Poncioni, P. (2005). O modelo policial profissional e a formação profissional do futuro policial nas academias de polícia do Estado do Rio de Janeiro. *Sociedade e Estado*, 20 (3). Brasília.

Seligmann-Silva, E. (1987). Saúde Mental e Trabalho. In: Tundis, S., Costa, N. (Orgs.). *Cidadania e Loucura*. Petrópolis: Vozes.

Silva, M. B. da, Vieira, S. B. (2008). O processo de trabalho do militar estadual e a saúde mental. *Saúde e Sociedade*, 17 (4) São Paulo.

Souza, E. R. de, Minayo, M. C. de S. (2005). Policial, risco como profissão: morbimortalidade vinculada ao trabalho. *Ciência & Saúde Coletiva*, 10 (4). Rio de Janeiro.

Spode, C. B., Merlo, A. R. C. (2006). Trabalho policial e saúde mental: uma pesquisa junto aos Capitães da Polícia Militar. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 19 (3). Porto Alegre.

Tittoni, J. (2007). Trabalho, poder e sujeição: trajetórias entre o emprego, o desemprego e os “novos” modos de trabalhar. Porto Alegre: Dom Quixote.

Turato, E. R. (2003) Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa. Petrópolis: Vozes.

Recebido/received: 08/09/2014
Aprovado / Approved: 14/12/2015